

Apresentação do livro
As «aparições de Fátima» – Imagens e representações (1917-1939)*
Luís Filipe Torgal

Em 1917 terão ocorrido no lugar da Cova da Iria – nas imediações de Fátima – insólitos eventos que ficaram consagrados com o epíteto de «aparições» ou «milagres» de Fátima. Desde então até hoje, Fátima tornou-se um prodigioso fenómeno social. Converteu-se numa das mais massivas e expressivas manifestações religiosas com origem no século XX, que, enquanto tal, condicionou (e continua a condicionar), de forma indelével, as estruturas políticas, sociais, religiosas e culturais do Portugal contemporâneo.

Foram justamente as projecções deste extraordinário evento que eu procurei estudar no livro hoje aqui apresentado. Ao fazê-lo abduquei, desde logo, de discutir o já proverbial dilema da autenticidade/falsidade das aparições, pois estas, enquanto fenómeno miraculoso e transcendente, excedem o domínio epistemológico da História.

* Texto lido pelo autor na apresentação do livro referido (Lisboa: Temas e Debates, 2002), em sessão promovida pela Biblioteca Pública de Braga em 14 de Fevereiro de 2003.

Assim, o meu objectivo foi antes o de realizar um estudo diacrónico do processo de Fátima – entre 1917 e 1939 – no âmbito da história social e das ideias. Um estudo que partiu de uma questão basilar, que estruturou toda a investigação, e que ao longo dos anos tem dividido as opiniões. A questão é a seguinte: qual o papel desempenhado na Cova da Iria pelas autoridades eclesásticas (nos diversos níveis da sua hierarquia), pelas elites leigas militantes e pela imprensa católica? Por outras palavras: foi Fátima que se impôs à Igreja? Ou, pelo contrário, foi a Igreja quem impôs Fátima?

Para desenvolver este estudo e responder à questão supracitada, assim como a outras questões complementares, procurei recorrer à inventariação, triagem e, depois, à respectiva análise de um vasto e variado acervo de documentos provenientes da «comunicação social»: jornais, revistas, boletins, almanaques, anuários, manuais, folhetos, opúsculos e livros oriundos de uma fecunda literatura «fatimista», sobretudo de inspiração clerical-católica, produzida desde a década de 20 até aos anos 70 do século passado.

Para além das fontes citadas, recorri também (e inevitavelmente) a uma extensa documentação oficial, coligida e publicada em dois volumes pela Universidade Católica Portuguesa. Refiro-me à *Documentação Crítica de Fátima*, cujo terceiro volume foi entretanto (em finais de Janeiro deste ano) formalmente apresentado. Note-se que este monumental e precioso trabalho, que suponho estar longe de concluído, revela por parte da Igreja um digno e meritório esforço de disponibilizar elementos fundamentais para o estudo do tema. Mas, importa, também, aqui explicitar e sublinhar que os documentos publicados nesta extensa obra não deixam de ser seleccionados a partir de subjectivos critérios institucionais.

A minha opção por privilegiar e dar voz exclusiva a todas as fontes primárias e secundárias atrás mencionadas resultou sobretudo de um juízo elementar: parecia-me evidente que até então estes documentos ainda não haviam sido explorados de forma adequada em ordem a produzir um exaustivo estudo historiográfico sobre Fátima.

Interessará, por outro lado, aqui salientar que quase toda a documentação indirecta atrás citada, procedente da «comunicação social», consubstancia

fundamentalmente duas «representações mentais» antinómicas do fenómeno analisado: uma republicana de matriz racionalista-positivista, laica e anticlerical, que desacredita e afronta as «aparições», os «milagres» e o culto da Cova da Iria; e outra matricialmente católica, que as aceita, justifica, promove e mistifica. A segunda – por razões diversas que são apresentadas no livro – irá sobrepor-se à primeira e converter-se mesmo numa espécie de discurso institucionalizado de Fátima que será reproduzido de forma quase acrítica pelos *mass media* até aos nossos dias. Foi fundamentalmente a retórica deste último discurso que eu procurei contextualizar, compreender e interpretar.

Permitam-me agora que trace a estrutura do ensaio que elaborei.

O livro segue um plano constituído por cinco capítulos que analisam o tema entre 1917 e 1939. Estas balizas cronológicas que fixei, justificam-se da seguinte forma:

A montante, a data de 1917 coincide com a ocorrência das aparições e com uma nova e derradeira etapa da “questão religiosa” (que culminará com a assinatura da Concordata de 1940).

A jusante, o ano de 1939 corresponde à eclosão da 2.^a Grande Guerra, que determinou o início de um ciclo diferente da História da Europa e do Mundo. Equivaleu, também, a uma fase de evidente afirmação e consolidação do salazarismo, assim como de uma efectiva colaboração da Igreja com o regime liderado por Salazar. Correspondeu ainda à derrota definitiva, na Guerra Civil Espanhola, das forças «republicanas», cujas infiltrações comunistas e anarquistas atemorizaram a Igreja Católica e o Estado Novo português ao longo da segunda metade dos anos trinta. Este período de 22 anos enquadra, afinal, os momentos capitais da construção e ritualização do santuário e da definição e redefinição da mensagem de Fátima.

Quanto aos capítulos, eles estão organizados da seguinte maneira:

No primeiro capítulo procurei recordar e reconstituir os «aparições». Essa reconstituição foi feita sobretudo a partir da análise dos primeiros interrogatórios efectuados aos «pastorinhos», Lúcia Santos, Jacinta Marto e Francisco Marto, pelo então pároco de Fátima, Manuel Marques Ferreira, no período

imediatamente à ocorrência dos eventos. Tal análise permitiu-me desde logo inferir que a exposição dos ditos acontecimentos, ocorridos entre Maio e Outubro de 1917, foi desde então paulatinamente reformulada por posteriores inquiridores e cronistas católicos do fenómeno «fatimista». Quero com isto dizer que, de acordo com os mencionados interrogatórios, a história primitiva de Fátima, protagonizada pelos pequenos pastores, não se identifica com a «nova» e mais elaborada história de Fátima. Esta última foi, portanto, construída *a posteriori* pelos historiadores católicos, com base em posteriores depoimentos efectuados pelas três crianças e nos cadernos de memórias escritos por Lúcia depois de 1935. Foi, em seguida, sustentada e reproduzida pela hierarquia da Igreja, sobretudo a partir dos anos 30 do século passado.

Ainda no mesmo capítulo, avaliei como a imprensa católica e republicana noticiaram e ajuizaram os factos. Pretendi demonstrar, com esta apreciação, que a primeira evoluiu de uma expectativa prudente (entre Julho e Setembro de 1917), para uma postura de promoção comedida (desde Outubro de 1917) e, mais tarde (sobretudo a partir de 1922), para a apologia evidente das aparições. A segunda – com excepção de dois polémicos, mediáticos e emblemáticos artigos, da autoria de Avelino de Almeida, publicados no jornal republicano moderado *O Século* e na revista *Ilustração Portuguesa* – rejeitou de imediato os fenómenos, os quais considerou uma fraude que servia os interesses da Igreja.

A leitura dos jornais do tempo permitiu-me, também, apreender com algum rigor a ambiência nacional e internacional que enquadrava a eclosão das aparições.

Com efeito, as notícias dos periódicos revelam-nos um aceso conflito político e filosófico, ideológico e cultural que, durante a 1.ª República, opôs a Igreja que se declarava tradicionalista e contra-revolucionária (ou “revolucionária conservadora”) ao regime republicano. Nesse implacável combate (cujo início remonta ao século anterior, ou mesmo ao tempo de Pombal) confrontavam-se, afinal, duas ideologias inconciliáveis: uma de matriz católica ultramontana – o “clericalismo” – que advogava a liberdade integral da Igreja, defendia a confessionalidade do Estado, sustentava a dogmatização do poder temporal dos papas, rejeitava as ideologias e filosofias da civilização moderna oitocentista e pretendia «reconquistar» Portugal para o cristianismo; e um

outro sistema de ideias racionalistas e anti-romanistas, plasmado pelo republicanismo então dominante (que controlava na época o aparelho de Estado), o qual interpretava o mundo e os destinos da nação segundo uma lógica de matriz demoliberal, positivista, laica e anticlerical. Por isso, arriscou estatizar a Igreja e almejou descatholicizar o País.

Para além da reactivação da «questão religiosa», a qual foi na altura marcada pelo já mencionado confronto insanável entre ideologias opostas que, pelo menos até ao «consulado sidonista» (Dezembro de 1917 até 14 Dezembro de 1918), contribuiu para acentuar a instabilidade política da 1.ª República, outros factores objectivos poderão ter facilitado a formação de toda uma ambiência propícia ao irromper dos supostos fenómenos sobrenaturais. Refiro-me à aguda crise económica que então grassava no país e, também, à 1.ª Grande Guerra (1914-18), que parecia ter, para a população nacional então fustigada por esse conflito, proporções «apocalípticas». A conjugação dos factos mencionados agravou a miséria, generalizou os sentimentos de insegurança, de angústia e de medo, e terá despertado (ou contribuído para activar) na sociedade um revigoramento da fé e uma redobrada propensão para uma adesão em massa a manifestações místicas que, em última análise, proporcionavam a remissão dos dramas quotidianos.

No segundo capítulo, caracterizei, de forma sumária, os meios físico e social da Cova da Iria. Depois tracei o percurso topográfico do local desde a génese do santuário até ao momento em que a rústica ermida se converteu em altar de dimensões nacionais e mesmo internacionais. No âmbito deste enfoque, procurei, também, compreender o papel desempenhado pela Igreja na construção, organização e promoção dos espaços “sagrado” e “profano” de Fátima e equacionar até que ponto a ideia – logo teorizada nos meios católicos – de edificar no local uma «cidade de Maria» foi inspirada pelo modelo de Lourdes.

No terceiro capítulo, verifiquei como o episcopado de Leiria, através de uma rígida orientação e fiscalização dos seus sacerdotes e dos peregrinos que afluíam à Cova da Iria, conseguiu, ao longo da década de vinte do século passado, ali organizar um concorrido centro de peregrinação, o qual, pelo seu carácter solene e ascético, devocional e penitencial, assim como pela pluralidade dos estratos sociais que a ele aderiram, se demarcou do modelo

das tradicionais romarias portuguesas. Aqui pretendi também demonstrar que as aparições e o culto de Fátima não podem deixar de ser analisadas no contexto de uma conjuntura espiritual marcada por uma antinomia entre uma religiosidade popular e sincrética, de reminiscências pagãs e idolátricas, e uma religiosidade institucional decretada e imposta pela hierarquia católica. Ainda no mesmo capítulo, formulei algumas hipóteses explicativas sobre os possíveis mecanismos que contribuíram para a propagação nacional e internacional do culto da Cova da Iria e analisei como se construiu e difundiu a imagem de Fátima enquanto santuário produtor de «curas físicas e espirituais extraordinárias».

No penúltimo capítulo, situei os fenómenos das aparições no contexto do movimento de “renascimento católico” e recristianização que começou a esboçar-se na Europa a partir dos finais do século XIX. Por um lado, procurei definir em Portugal os contornos cronológicos e ideológicos desse movimento, identificar alguns dos seus principais protagonistas e esclarecer qual a posição efectiva perante as peregrinações e o culto de Fátima assumida por alguns dos elementos dessa elite intelectual que corporizou a “nova geração” de militantes católicos. Por outro lado, observei até que ponto Fátima terá galvanizado a reacção católica contra o republicanismo, que entretanto ainda dominava o poder estatal, e terá também despertado o espírito religioso dos homens e, sobretudo das mulheres, de todos os estratos da sociedade portuguesa. Ainda neste capítulo, subordinado ao tema «Fátima e os Católicos», investiguei – partindo fundamentalmente da consulta do jornal *O Mensageiro*, órgão dos católicos do distrito de Leiria – a eventual relação causal existente entre as aparições de Fátima e a restauração do bispado de Leiria e equacionei os papéis que o novo Bispo de Leiria, D. José Alves Correia da Silva (nomeado em 15 Maio de 1920), e o professor do Seminário Patriarcal, Manuel Nunes Formigão (actualmente alvo de um processo de beatificação), terão desempenhado no processo de acreditação e promoção do culto da Cova da Iria.

Finalmente, no derradeiro capítulo deste trabalho, estudei o discurso católico sobre a mensagem fatimista. Ao desenvolver este enfoque verifiquei que esse discurso não permaneceu linear e imutável, mas evoluiu e transformou-se ao longo do período cronológico analisado neste livro.

Em 1917, quando decorria a fatídica Primeira Guerra Mundial, a mensagem inicial transmitida pela aparição conglobava duas ideias singelas e pouco originais: a oração e devoção, através da recitação do Rosário; o cumprimento escrupuloso dessa postura espiritual teria como contrapartida o final da guerra e a implantação da paz no mundo.

No decorrer da década de 20, quando ainda vigorava a I República, o conteúdo da mensagem sofreu a primeira metamorfose ao adquirir uma evidente conotação nacionalista católica, anti-ateísta e messiânica. A substância do novo discurso católico fatimista decorria da seguinte interpretação das aparições: a Virgem Maria desceu do Céu à Terra de Portugal, de quem era «padroeira e protectora», numa conjuntura difícil, marcada pela cruel perseguição à Igreja romana e aos seus fiéis e pela descristianização e paganização da sociedade; a Sua missão teria sido a de inculcar em todos os Portugueses, através dos pastorinhos, a prática sacramental da oração, da penitência e da obediência aos desígnios cristãos-católicos, de modo a salvar Portugal do republicanismo ateu e reconduzir o País e a Igreja católica aos destinos de uma “idade do ouro” perdida com a implantação do liberalismo oitocentista.

Durante o segundo lustro dos anos 30, a mensagem de Fátima voltou a ganhar um novo substrato que enquadrou o santuário com a moderna conjuntura político-ideológica nacional e internacional, que começava, entretanto, a definir-se.

No plano interno, a I República tinha sido definitivamente derrubada para dar lugar, primeiro ao período da Ditadura Militar, depois ao Estado Novo. Este novo regime, formalmente instituído com a aprovação da Constituição de 1933, caracterizou-se por assumir uma política económico-social corporativista e anticomunista, de matriz “fascista”. O salazarismo distinguiu-se também, pelo menos até à década de 50, por estabelecer fortes relações de cooperação mútua com a Igreja católica.

No plano externo, verificou-se a difusão do socialismo de inspiração marxista que havia triunfado na Rússia em Outubro de 1917 (de acordo com o calendário ortodoxo) e irradiava agora pelo resto da Europa – nomeadamente na vizinha Espanha (facto que, de certo modo, conduziu à Guerra Civil de 1936-39) –, ameaçando assim os interesses da aristocracia, da burguesia e

da Igreja. Tal facto originou uma imediata reacção e ampliação das ideologias de “extrema-direita”, onde se pode integrar o Estado Novo. É ainda relevante acrescentar que a ideologia comunista foi, sobretudo a partir da década de trinta, denunciada com invulgar fervor pelo Vaticano, o qual a classificou, numa encíclica papal de 1937, como «um sistema de erros e de sofismas oposto à razão humana a à revelação divina».

Foi dentro deste contexto que o discurso católico introduziu na mensagem de Fátima uma conotação anticomunista nunca antes mencionada pelos inquiridores, pelos cronistas e escritores ocasionais do tema, bem como pelos documentos promulgados pela diocese de Leiria. Essa conotação encontra-se claramente consubstanciada nos cadernos de *Memórias da Irmã Lúcia*, escritos pela vidente a partir de 1935, por expressa determinação do Bispo de Leiria, e também em duas provisões proclamadas pelo referido prelado em 1937.

Ao carácter anticomunista do novo discurso, introduzido de forma inequívoca pelas memórias de Lúcia, passou também a associar-se uma original vertente universalista, a qual converteu Fátima em «altar do mundo» e, desse modo, Portugal em paladino mundial de um modelo ocidental de civilização cristã-católica.

Não devo terminar esta minha já longa alocução sem acrescentar o seguinte. Como todos sabemos, hoje o culto de Fátima atrai anualmente milhões de pessoas que aí se deslocam em peregrinação vindas de diversos pontos de Portugal, mas também provenientes de vários países do mundo. As cerimónias evocativas das aparições registam uma espantosa participação de fiéis e, portanto, evidenciam as potencialidades espirituais e catárticas do santuário, assim como demonstram o poder de mobilização da Igreja católica.

Penso, por isso, que a grandiosidade e o impacto que as «aparições» e o culto de Fátima têm no mundo contemporâneo exigem por parte dos investigadores das ciências sociais e humanas, bem como dos teólogos da Igreja, o categórico compromisso – moral e científico – de repensarem o fenómeno. Esse foi, de certo modo, o grande desafio proposto pelo jornalista Avelino de Almeida, que esteve na Cova da Iria, no dia 13 de Outubro de 1917, e narrou os eventos por si presenciados em dois artigos diferentes, já aqui citados, publicados n` *O Século*

e na revista *Ilustração Portuguesa*. Neste último periódico – datado de 29 de Outubro de 1917 – o seu artigo terminava com as seguintes palavras: (?) «Milagre, como gritava o povo; fenómeno natural, como dizem os sábios? Não curo agora de sabê-lo, mas apenas de afirmar o que vi... O resto é com a Ciência e com a Igreja».

Pois bem, eu diria que depois de tantos anos em que quase só prevaleceu a interpretação dos cronistas católicos e se ouviu a voz da hierarquia da Igreja, chegou o momento da ciência responder afirmativamente ao repto de Avelino de Almeida e se pronunciar sobre o assunto com maior rigor e isenção. Perdoem aqui a minha ousadia, mas seria interessante e para mim extremamente reconfortante que o livro hoje aqui apresentado contribuísse, ainda que modestamente, para relançar o debate e a investigação historiográfica meticulosa em torno das «aparições» e do culto de Fátima.

Não desejo terminar sem manifestar publicamente os meus especiais agradecimentos ao Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e ao Prof. Doutor Rui Cascão. À instituição citada, por que ela me permitiu frequentar o mestrado de onde nasceu este trabalho. Ao Prof. Doutor Rui Cascão, por que foi ele que orientou a minha tese.

Obrigado a todos pela vossa presença e, também, pela vossa atenção.